

STJ00105574 - v.3

Paulo Lôbo

Direito Civil

Contratos

volume 3

4ª edição

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2268-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP):
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 3 : contratos / Paulo Lôbo. – 4. ed.
– São Paulo : Saraiva Educação, 2018.1. Contratos - Brasil 2. Direito civil - Legislação - Brasil 3.
Obrigações (Direito) - Brasil I. Título.

17-1231

CDU 347.44(81)(094.4)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Contratos : Teoria geral : Código civil :
Direito civil 347.44(81)(094.4)**Presidente** Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Daniel Pavani Naveira**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Deia Rosa

Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clárisa Boraschi Maria (coord.)

Juliana Bojczuk Ferrinho

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Fernando Penteado

Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio**Diagramação e revisão** Markelangelo Design e Projetos Editoriais**Comunicação e MKT** Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Geográfica**Data de fechamento da edição: 5-10-2017**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604472 CAE 623574

SUMÁRIO

Apresentação.	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Âmbito e Evolução do Contrato.	15
1.1. Concepções e Dimensões do Contrato.	15
1.2. Modelo Romano do Contrato.	19
1.3. Teoria Moderna ou Tradicional do Contrato.	19
1.4. Transformações ou Teoria Contemporânea do Contrato.	21
1.5. Responsabilidade Contratual e Responsabilidade Extracontratual.	26
1.6. Modelos Plurais dos Contratos na Contemporaneidade.	28
1.7. Contratos de Consumo.	30
1.8. Contratos Eletrônicos.	34
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Contrato.	39
2.1. O Contrato e as Constituições Liberais.	39
2.2. Contrato e Estado Social.	41
2.3. Contrato como Categoria da Ordem Econômica Constitucional.	43
2.4. O Princípio da Livre-Iniciativa e a Liberdade Contratual.	47
2.5. Colisão entre Autonomia Privada Negocial e Direitos Fundamentais. ..	51
2.6. Diretrizes Fundamentais dos Contratos na Constituição de 1988.	52
CAPÍTULO III	
Princípios do Contrato.	54
3.1. Princípios Jurídicos e sua Classificação nos Contratos.	54
3.2. Autonomia Privada Negocial.	55
3.3. Princípio da Força Obrigatória.	60
3.4. Princípio da Relatividade dos Efeitos do Contrato.	62
3.5. Princípios Sociais dos Contratos.	64

3.6.	Princípio da Função Social.	65
3.7.	Princípio da Equivalência Material.	68
3.8.	Princípio da Boa-Fé Objetiva	70

CAPÍTULO IV

Formação dos Contratos		76
4.1.	Momentos da Formação do Contrato.	76
4.2.	Manifestação de Vontade no Contrato	79
4.3.	Oferta.	80
4.4.	Oferta ao Público.	81
4.5.	Aceitação	82
4.6.	Negociações Preliminares e seus Efeitos	83
4.7.	Conduta Negocial Típica	85
4.8.	Formação do Contrato de Consumo	88
4.9.	Formação do Contrato Eletrônico	92

CAPÍTULO V

Classes e Grupos de Contratos		95
5.1.	Contratos Atípicos	95
5.2.	Contratos Típicos.	97
5.3.	Contratos Bilaterais	98
5.4.	Contratos Aleatórios.	99
5.5.	Contrato Preliminar.	102
5.6.	Contratos Mistos	105
5.7.	Contratos Coligados.	107
5.8.	Contratos Relacionais.	110
5.9.	Contratos Existenciais e Comunitários.	112
5.10.	Contratos Incompletos	113
5.11.	Compromisso: Arbitragem.	113

CAPÍTULO VI

Massificação e Vulnerabilidade Contratual. Condições Gerais dos Contratos		118
6.1.	Massificação Contratual.	118
6.2.	Condições Gerais dos Contratos	120
6.3.	As Condições Gerais dos Contratos na Legislação Brasileira	122
6.4.	Contrato de Adesão	126
6.5.	Formação e Eficácia das Condições Gerais dos Contratos	127
6.6.	Integração das Condições Gerais nos Contratos de Adesão	129
6.7.	Cláusulas Abusivas.	132
6.8.	Vulnerabilidade Contratual	135
6.9.	Poder Negocial e Proteção do Contratante Vulnerável	136

CAPÍTULO VII

Efeitos de Contratos em Relação a Terceiros	139
7.1. Estipulação em Favor de Terceiro	139
7.2. Contratos com Eficácia Protetiva para Terceiros e a Teoria do Contato Social	141
7.3. Promessa de Fato de Terceiro	143
7.4. Contrato com Pessoa a Declarar	144

CAPÍTULO VIII

Garantias Legais aos Contratantes	147
8.1. Garantia Contra a Eviscção	147
8.2. Garantia Contra os Vícios Redibitórios	152
Contrato comutativo sobre coisas móveis ou imóveis	153
Tradição da coisa	154
Vício oculto	154
Funcionalidade do vício	155
Decadência, pelo não exercício do direito	156
Pretensões do adquirente: redibição e abatimento do preço	157
8.3. Responsabilidade por Vício nas Relações de Consumo	159
8.4. Exceção de Contrato não Cumprido	164
8.5. Exceção de Reforço de Garantia	166

CAPÍTULO IX

Interpretação e Integração dos Contratos	168
9.1. Interpretação do Contrato Paritário	168
9.2. Critérios Legais da Interpretação Contratual	172
9.3. Pressupostos da Interpretação Contratual	174
9.4. Interpretação Integrativa e Integração	176
9.5. Integração dos Deveres Gerais de Conduta Negocial e sua Interpretação	178
9.6. Interpretação das Condições Gerais do Contrato de Adesão	180
9.7. Interpretação do Contrato de Adesão, Regulado pelo Código Civil	184
9.8. Interpretação dos Contratos de Consumo	186

CAPÍTULO X

Revisão e Extinção do Contrato	188
10.1. Revisão Legal e Judicial dos Contratos	188
10.2. Modos de Extinção dos Contratos	191
10.3. Resilição Unilateral e Distrato	193
10.4. Resolução do Contrato	195

10.5.	Revisão ou Resolução por Onerosidade Excessiva Superveniente	198
10.6.	Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i> , Teoria da Imprevisão e Teoria da Base do Negócio.	200
10.7.	Caso Exemplar de Mudança de Circunstâncias: a Mudança do Câmbio em 1999, no Brasil	205
10.8.	Frustração da Base do Negócio.	206
10.9.	O Uso da Equidade para Obstar a Resolução do Contrato Excessivamente Onerado.	208
10.10.	Vantagem Superveniente pela Mudança de Circunstâncias	208

CAPÍTULO XI

Compra e Venda	210	
11.1.	Conceito e Elementos do Contrato de Compra e Venda	210
11.2.	Unificação da Compra e Venda Civil e Mercantil e Favorecimento do Comprador	212
11.3.	Origem e Evolução da Compra e Venda.	213
11.4.	Efeitos do Contrato de Compra e Venda e Transmissão da Propriedade	214
11.5.	Coisa Atual e Futura	216
11.6.	Venda Mediante Amostras, Protótipos ou Modelos	218
11.7.	Preço	220
11.8.	Deveres do Vendedor e do Comprador.	225
11.9.	Repartição dos Riscos.	227
11.10.	Vendas Proibidas em Razão de Determinadas Pessoas	231
11.11.	Venda de Imóvel por Medida ou Como Unidade.	233
11.12.	Venda de Parte Ideal em Condomínio	238

CAPÍTULO XII

Compra e Venda: Cláusulas Especiais	241	
12.1.	Retrovenda.	241
12.2.	Venda a Contento ou Sujeita a Prova	247
12.3.	Preferência	251
12.4.	Venda com Reserva de Domínio	257
12.5.	Venda sobre Documentos.	264

CAPÍTULO XIII

Permuta	268	
13.1.	Requisitos e Características do Contrato de Permuta	268
13.2.	Regras Comuns dos Contratos Aplicáveis à Permuta	270
13.3.	Coisas que Podem Ser Permutadas.	271
13.4.	Regras da Compra e Venda Aplicáveis à Permuta	272

13.5. Rateio das Despesas do Contrato	274
13.6. Proibição de Permuta com Descendentes	275

CAPÍTULO XIV

Doação	277
14.1. Conceituação, Natureza e Características	277
14.2. Objeto da Doação e Liberalidades	279
14.3. Oferta de Doação e Quem Pode Aceitá-la	281
14.4. Promessa de Doação	285
14.5. Doações Meritórias, Remuneratórias ou Com Encargo	286
14.6. Formalidade da Doação	289
14.7. Doação como Adiantamento de Legítima de Herança Futura	291
14.8. Doações Especiais: Subvenções Periódicas, Casamento Futuro, Prole Eventual	293
14.9. Cláusula de Reversão da Doação	297
14.10. Doações Proibidas	298
14.11. Revogação da Doação	301

CAPÍTULO XV

Contrato Estimatório	309
15.1. Noções e Características	309
15.2. Natureza do Contrato Estimatório	312
15.3. Objeto: Coisas Móveis Consignadas	314
15.4. Determinação do Preço ou Valor	315
15.5. Deveres das Partes	316
15.6. Prazo para o Exercício do Poder de Disposição	317
15.7. Restituição da Coisa Consignada	318
15.8. Impossibilidade da Restituição da Coisa e a Obrigação Alternativa	319
15.9. Impenhorabilidade da Coisa por Dívidas do Consignatário	322
15.10. Indisponibilidade da Coisa	323

CAPÍTULO XVI

Locação de Coisas	326
16.1. Características da Locação de Coisas	326
16.2. Coisas e os Tipos de Locação	329
16.3. Posse e Uso pelo Locatário	331
16.4. Aluguel	332
16.5. Direitos e Deveres do Locador	334
16.6. Direitos e Deveres do Locatário	335
16.7. Alienação da Coisa Locada	337

16.8. Sublocação e Cessão	338
16.9. Extinção da Locação	340
16.10. Locação de Imóveis Urbanos	343

CAPÍTULO XVII

Prestação de Serviços	348
17.1. Conceito e Abrangência	348
17.2. Distinções com os Contratos de Trabalho e de Empreitada	351
17.3. Profissional Liberal: Prestador de Serviços por Excelência	354
17.4. Remuneração	356
17.5. Prazo do Contrato	357
17.6. Extinção	358

CAPÍTULO XVIII

Empreitada	361
18.1. Conceito e Abrangência	361
18.2. Espécies de Empreitada	363
18.3. Tempo e Execução do Contrato	365
18.4. Preço da Obra	366
18.5. Recebimento da Obra	368
18.6. Subempreitada	369
18.7. Direitos e Deveres do Empreiteiro	370
18.8. Garantia de Segurança e Solidez da Obra	371
18.9. Deveres do Dono da Obra	373
18.10. Extinção do Contrato	374

CAPÍTULO XIX

Empréstimo	377
19.1. Conceito e Características do Comodato	377
19.2. Deveres do Comodante	380
19.3. Direitos e Deveres do Comodatário	380
19.4. Extinção do Comodato	382
19.5. Mútuo	383
19.6. Mútuo em Dinheiro	385
19.7. Direitos e Deveres das Partes no Mútuo	386
19.8. Extinção do Mútuo	387

CAPÍTULO XX

Depósito	389
20.1. Conceito, Natureza e Abrangência	389

20.2. Espécies de Depósito	392
20.3. Depósito de Bagagens em Hotéis e Similares	394
20.4. Direitos e Deveres do Depositante	395
20.5. Direitos e Deveres do Depositário	396
20.6. Vicissitudes e Fim da Prisão do Depositário Infel	399
20.7. Extinção	400

CAPÍTULO XXI

Mandato	402
21.1. Conceito, Natureza e Abrangência	402
21.2. Procuração: Instrumento do Mandato	404
21.3. Poderes de Representação: Outorga e Exercício	406
21.4. Excesso e Abuso dos Poderes	408
21.5. Pluralidade de Mandantes ou de Mandatários	409
21.6. Mandatário: Capacidade, Direitos e Deveres	410
21.7. Mandante: Direitos e Deveres	412
21.8. Mandato em Causa Própria	413
21.9. Mandato Judicial	415
21.10. Subestabelecimento	417
21.11. Extinção	418

CAPÍTULO XXII

Fiança	422
22.1. Conceito, Pressupostos, Abrangência	422
22.2. Efeitos da Fiança	425
22.3. Benefícios de Ordem e de Divisão	427
22.4. Responsabilidade do Fiador e Hipóteses de Exoneração	429
22.5. Extinção	431

CAPÍTULO XXIII

Transação	435
23.1. Conceito, Natureza e Abrangência	435
23.2. Espécies de Transação	437
23.3. Efeitos da Transação	439
23.4. Invalidades e Exclusões	440
23.5. Extinção	443
Bibliografia	445

STJ00106859 - V.4

Paulo Lôbo



Direito Civil

Coisas

volume 4

4ª edição

2019

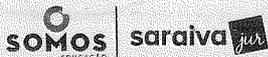
saraiva  jur

347(81)
1796d
H. W.
V.4

STJ00106859 - V.4

ISBN 978-85-53605-17-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 4 : coisas / Paulo Lôbo. – 4. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil - Brasil I. Título.

18-1537

CDU 347 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347 (81)

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeliro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Ferrmino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Desígnios Editoriais

Revisão Caio Cobucci Leite
Silvana Cobucci

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 15-10-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605394 CAE 630778

1115620

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Nº	DATA
1115620	09/03/19

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Direito das Coisas	15
1.1. Objeto do Direito das Coisas	15
1.1.1. Os animais são coisas?	18
1.2. Um Pouco de História da Posse e da Propriedade no Brasil	20
1.3. Quando Pessoas Humanas foram Consideradas Coisas	26
1.4. Origens da Propriedade Moderna	27
1.5. Patrimônio e Direito das Coisas	34
1.6. Interações do Direito das Coisas com Outras Partes do Direito Civil	37
1.7. Classificação, <i>Numerus Clausus</i> e Tipicidade dos Direitos Reais	38
1.8. Direitos Intelectuais	42
1.9. Relação Jurídica Real	44
CAPÍTULO II	
Posse no Direito Brasileiro	48
2.1. Demarcação do Fenômeno	48
2.2. <i>Animus</i> ou <i>Corpus</i> : A Persistente Disputa de Predomínio	50
2.3. Por Que a Posse é Protegida pelo Direito?	52
2.4. Modelo Legal Brasileiro de Posse	53
2.5. O Modo de Aquisição da Posse Determina sua Natureza	57
2.6. Titular de Posse e Detentor	58
2.7. Posse Autônoma	59
2.8. Direito à Posse	61
2.9. Posse em Confronto com a Propriedade	63
2.10. Composse	65
2.11. Concepções Legais Brasileiras da Posse	66

CAPÍTULO III

Efeitos Jurídicos da Posse	68
3.1. Aquisição da Posse	68
3.2. Classificação da Posse	72
3.3. Posse Justa e Posse Injusta	74
Violência	75
Clandestinidade	76
Precariedade	77
3.4. Posse Direta e Posse Indireta	78
3.5. Posse de Boa-Fé e de Má-Fé	80
3.6. Efeitos da Posse de Boa-Fé ou de Má-Fé	83
3.7. Proteção Possessória	87
3.8. Proteção Possessória das Servidões	92
3.9. Perda da Posse	93

CAPÍTULO IV

Propriedade	95
4.1. Propriedade, Domínio e Direito à Propriedade	95
4.2. Conteúdo e Abrangência do Direito de Propriedade	99
4.3. Abuso do Direito de Propriedade	101
4.4. Garantia Constitucional da Propriedade	103
4.5. Constitucionalismo Social e Propriedade	104
4.6. Fontes Constitucionais da Propriedade ou das Propriedades	107
4.7. Titularidades Comunitárias de Grupos Étnicos	109
4.8. Propriedade e Meio Ambiente	112
4.9. Acesso e Propriedade	119
4.10. Multipropriedade	120

CAPÍTULO V

Função Social da Propriedade	123
5.1. Contornos da Função Social da Propriedade e da Posse	123
5.2. Função Social como Ruptura do Modelo Moderno de Propriedade ..	127
5.3. A Progressiva Inserção da Função Social nas Constituições Brasileiras	129
5.4. A Função Social Não Significa Limite Externo da Propriedade	130
5.5. Função Social e Interpretação das Normas Infraconstitucionais	133
5.6. Função Social da Posse	135
5.7. Inter-Relação com os Princípios da Justiça Social e da Solidariedade ..	136

CAPÍTULO VI

Aquisição da Propriedade Imóvel	139
6.1. Imóvel	139

6.2.	Aquisição Originária e Derivada da Propriedade.....	140
6.3.	Usucapião em Geral	141
6.4.	Usucapião Extrajudicial.....	145
6.5.	Usucapião Extraordinária e Ordinária.....	147
6.6.	Usucapião Especial Urbana: Individual ou Coletiva	149
6.7.	Usucapião entre Cônjuges ou Companheiros	152
6.8.	Usucapião Especial Indígena	153
6.9.	Usucapião por Conversão da Natureza da Posse	154
6.10.	Aquisição por Acesso	156
6.11.	Aquisição por Acesso Natural	157
6.12.	Aquisição por Acesso Industrial: Construções e Plantações	161
6.13.	Aquisição por Acesso Invertida de Áreas Ocupadas	164
6.14.	Aquisição pelo Registro Público do Título	168

CAPÍTULO VII

Aquisição da Propriedade Móvel e Descoberta de Coisa Alheia Perdida	173	
7.1.	Modalidades Legais	173
7.2.	Usucapião	174
7.3.	Ocupação	176
7.4.	Achado do Tesouro	178
7.5.	Tradição	179
7.6.	Especificação.....	183
7.7.	Confusão, Comistão, Adjunção.....	185
7.8.	Descoberta de Coisa Alheia Perdida	187

CAPÍTULO VIII

Perda, Extinção e Resolução da Propriedade	189	
8.1.	Espécies de Extinção ou Perda da Propriedade	189
8.2.	Alienação.....	191
8.3.	Renúncia	192
8.4.	Abandono	194
8.5.	Percimento da Coisa	198
8.6.	Perda pela Desapropriação.....	199
8.7.	Propriedade Resolúvel	203

CAPÍTULO IX

Direitos de Vizinhança	206	
9.1.	Conteúdo e Abrangência	206
9.2.	Uso Anormal da Propriedade	208
9.3.	Árvores Limítrofes.....	213

9.4.	Passagem Forçada	215
9.5.	Passagem de Cabos e Tubulações.	217
9.6.	Águas e Vizinhança.	218
9.7.	Limites entre Prédios e Direito de Cercar ou Murar	222
9.8.	Direito de Construir	224
CAPÍTULO X		
	Condomínio Geral	232
10.1.	Conceito e Espécies	232
10.2.	Administração do Condomínio.	235
10.3.	Direitos e Deveres dos Condôminos	237
10.4.	Condomínio Necessário	240
10.5.	Direito de Preferência na Alienação da Parte Ideal de Coisa Indivisível	241
10.6.	Divisão e Extinção do Condomínio	244
CAPÍTULO XI		
	Condomínio Edifício	247
11.1.	Conceito e Âmbito de Regência.	247
	11.1.1. Condomínio de Fato	251
11.2.	O Condomínio Edifício como Sujeito de Direitos.	252
11.3.	Convenção do Condomínio	253
11.4.	Assembleia dos Condôminos.	255
11.5.	Gestão e Responsabilidade do Condomínio	259
11.6.	Contribuição Condominial.	263
11.7.	Direitos e Deveres dos Condôminos	265
11.8.	Extinção do Condomínio Edifício.	272
11.9.	Condomínio de Lotes	274
11.10.	Condomínio Urbano Simples	274
CAPÍTULO XII		
	Direitos Reais Limitados	276
12.1.	Conceito, Conteúdo, Espécies e Aquisição	276
12.2.	Direito Real de Superfície	279
12.3.	Servidões	283
	Constituição da servidão	285
	Espécies	286
	Exercício	287
	Extinção	290
12.4.	Usufruto	291
	Constituição do usufruto.	292

Usufruto legal	293
Distinções, espécies, abrangência.	294
Direitos e deveres.	296
Extinção	300
12.5. Direito Real de Uso.	302
12.6. Direito Real de Habitação.	304
12.7. Direito do Promitente Comprador do Imóvel	307
12.8. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso.	310
12.9. Direito Real de Laje.	312
CAPÍTULO XIII	
Direitos Reais de Garantia	315
13.1. Conceito e Espécies de Garantia Real	315
13.2. Características Comuns dos Direitos Reais de Garantia	317
13.3. Hipoteca	320
Constituição, direitos e deveres	322
Hipotecas sucessivas	324
Hipotecas legais.	325
Extinção	326
13.4. Penhor.	327
Direitos e deveres.	328
Extinção	329
Penhor legal.	330
Penhor especial	330
13.5. Anticrese	334
13.6. Propriedade Fiduciária em Garantia	336
 Bibliografia	 343

Sumário

Nota da 4ª edição 7

Capítulo I

FAMÍLIA BRASILEIRA: ORIGENS, REPERSONALIZAÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO 17

- 1.1. Introdução 17
- 1.2. Função atual da família. Sua evolução e perspectivas 18
- 1.3. Perfil da família contemporânea 21
- 1.4. Repersonalização das relações de família 22
- 1.5. Família socioafetiva e origem biológica 29
- 1.6. Constitucionalização das famílias e de seus fundamentos jurídicos 33

Capítulo II

DIREITO DE FAMÍLIA 37

- 2.1. Conteúdo e abrangência 37
- 2.2. Direitos da criança e do idoso e o direito de família 39
- 2.3. Evolução do direito de família brasileiro 40
- 2.4. Direito público ou privado? 44
- 2.5. Tipos de famílias segundo os fins legais 46
- 2.6. Interação com o direito das sucessões 47
- 2.7. Interferências dos outros ramos do direito civil 48
- 2.8. Tutela da privacidade e a mediação familiar 49
- 2.9. Direito de família e responsabilidade 51
- 2.10. Direito de família intertemporal. 53

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA 57

- 3.1. Princípios constitucionais aplicáveis ao direito de família 57
- 3.2. Dignidade da pessoa humana e família 60
- 3.3. Princípio da solidariedade familiar 62
- 3.4. Princípio da igualdade e direito à diferença 65

3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros	68
3.5. Aplicação do princípio da liberdade às relações de família	69
3.6. Princípio jurídico da afetividade	70
3.7. Princípio da convivência familiar	74
3.8. Princípio do melhor interesse da criança	75

Capítulo IV

ENTIDADES FAMILIARES 78

4.1. Pluralismo das entidades familiares e dos âmbitos da família ..	78
4.2. Da demarcação jurídico-constitucional das entidades familiares	80
4.3. Das normas constitucionais de inclusão	82
4.4. Do melhor interesse das pessoas humanas que integram as entidades familiares	83
4.5. Dos critérios de interpretação constitucional aplicáveis	84
4.6. Da inadequação da Súmula 380 do STF	86
4.7. Inclusão judicial de entidades familiares implícitas	87
4.8. Família monoparental	88
4.9. Da união homossexual como entidade familiar	90
4.10. Famílias recompostas: padrastos, madrastas, enteados	95

Capítulo V

CASAMENTO 99

5.1. Validade e eficácia do casamento	99
5.2. Casamento religioso	102
5.3. A idade núbil ou a capacidade para casar	104
5.4. Impedimentos matrimoniais em geral	106
5.5. Tipos de impedimentos matrimoniais	108
5.6. Causas suspensivas do casamento	110
5.7. Habilitação para o casamento	112
5.8. Celebração e registro do casamento	114
5.9. Casamentos em situações extremas	117
5.10. Prova do casamento e posse do estado de casado	118
5.11. Casamento no estrangeiro	119

Capítulo VI

INVALIDIDADE DO CASAMENTO 122

6.1. Peculiaridades e espécies de invalidade do casamento	122
6.2. Nulidade do casamento	123
6.3. Anulabilidade do casamento	126
6.4. Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge	129

6.5.	Prazos decadenciais para anulação do casamento	132
6.6.	Casamento putativo	134
Capítulo VII		
EFICÁCIA DO CASAMENTO		136
7.1.	Plano da eficácia e direção da sociedade conjugal	136
7.2.	Alteração ou adoção de nome com o casamento	138
7.3.	Deveres comuns e igualdade conjugal	139
7.4.	Dever de fidelidade recíproca	143
7.5.	Dever de respeito e consideração mútuos	144
7.6.	Dever de vida em comum, no domicílio conjugal	144
7.7.	Dever de mútua assistência	145
7.8.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	146
7.9.	Os deveres conjugais na perspectiva civil-constitucional	147
Capítulo VIII		
DIVÓRCIO		149
8.1.	O divórcio, seus antecedentes e a nova redação do § 6º do art. 226 da Constituição	149
8.2.	Extinção da separação judicial e de causas ou prazos para o divórcio	151
8.3.	Tipos de divórcio no direito brasileiro atual	154
8.4.	Critérios comuns aos divórcios judiciais	156
8.5.	Divórcio consensual extrajudicial	157
8.6.	Efeitos do divórcio	159
8.7.	Desconsideração da personalidade jurídica em razão do divórcio .	160
8.8.	Legislação remanescente sobre o divórcio e seus efeitos essenciais	162
8.9.	Situação dos separados judicialmente e ainda não divorciados ..	164
8.10.	Normas revogadas do Código Civil e da LICC	164
8.11.	Separação de corpos e separação de fato	166
Capítulo IX		
UNIÃO ESTÁVEL		168
9.1.	Da desconsideração legal a <i>status</i> constitucional. Características .	168
9.2.	Requisitos, natureza e validade da relação jurídica	171
9.3.	Distinção e conversão do namoro em união estável	175
9.4.	Quando se inicia a união estável	176
9.5.	Direitos e deveres	178
9.6.	Regime de bens	179
9.7.	Conversão da união estável em casamento	182

9.8.	Extinção da união estável	184
9.9.	Concubinato	185
Capítulo X		
GUARDA E PROTEÇÃO DOS FILHOS		189
10.1.	Proteção dos filhos como direito à convivência	189
10.2.	Guarda do filho de pais separados	190
10.3.	Guarda unilateral	192
10.4.	Genitor não guardião: direito de visita, de fiscalização e de convivência com o filho	196
10.5.	Guarda compartilhada	198
Capítulo XI		
RELAÇÕES DE PARENTESCO		205
11.1.	Parentesco no direito brasileiro	205
11.2.	Origens e modalidades do parentesco	206
11.3.	Parentesco em linha reta	207
11.4.	Parentesco colateral	209
11.5.	Graus de parentesco e sua contagem	211
11.6.	Parentesco por afinidade	212
Capítulo XII		
DIREITO DE FILIAÇÃO		216
12.1.	Conceito de filiação	216
12.2.	Princípio da igualdade na filiação	217
12.3.	Direito ao planejamento da filiação	218
12.4.	Modos e presunções legais de concepção dos filhos	219
12.5.	Inseminação artificial homóloga	221
12.6.	Inseminação artificial heteróloga	224
12.7.	As presunções de filiação na união estável	226
12.8.	Distinção entre estado de filiação e direito da personalidade ao conhecimento da origem genética. Parto anônimo	227
12.9.	Prova da filiação	232
12.10.	Validade e eficácia do registro de nascimento	234
12.11.	Posse de estado de filiação	236
12.12.	Legitimidade para a prova judicial da filiação	238
Capítulo XIII		
DÚVIDAS E IMPUGNAÇÃO DA FILIAÇÃO		240
13.1.	Novas núpcias da mulher	240
13.2.	Impotência para gerar	241

13.3.	Presunção de paternidade e o adultério da mãe	243
13.4.	Impugnação da paternidade pelo marido da mãe	244
13.5.	Reconfiguração da presunção <i>pater is est</i>	247
13.6.	Impugnação da maternidade pela suposta mãe	248
13.7.	“Adoção à brasileira”	250

Capítulo XIV

RECONHECIMENTO DE FILHO 254

14.1.	Direito ao reconhecimento voluntário de filho	254
14.2.	Mudança de natureza do reconhecimento de filho	256
14.3.	Modalidades de reconhecimento voluntário	257
14.4.	Irrevogabilidade e incondicionalidade do reconhecimento	260
14.5.	Direito do filho a residir com o genitor que o reconheceu	262
14.6.	Guarda do filho reconhecido	263
14.7.	Investigação da paternidade e da maternidade	264
14.8.	Consentimento e impugnação do reconhecimento pelo filho	268

Capítulo XV

ADOÇÃO 272

15.1.	Características, evolução e fundamentos constitucionais	272
15.2.	Legitimados a adotar	277
15.3.	Estágio de convivência	279
15.4.	Consentimento para adoção e hipóteses de sua dispensa. Entrega pela gestante para adoção	280
15.5.	Adoção por duas pessoas	283
15.6.	Adoção de maiores de 18 anos	285
15.7.	Requisitos do processo judicial e do benefício do adotando	286
15.8.	Efeitos da adoção	288
15.9.	Adoção internacional	291

Capítulo XVI

PODER FAMILIAR 295

16.1.	Transformação do pátrio poder no poder familiar	295
16.2.	Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente	298
16.3.	Os pais como únicos titulares do poder familiar	299
16.4.	Titularidade do poder familiar pelos pais separados	301
16.5.	Exercício do poder familiar	302
16.6.	Suspensão e extinção do poder familiar	305
16.7.	Perda do poder familiar	308
16.8.	Abandono afetivo do filho	310

16.9. Responsabilidade civil dos pais	312
16.10. Representação, assistência e curatela dos filhos	313
16.11. Administração e usufruto dos bens dos filhos	315

Capítulo XVII

REGIME MATRIMONIAL DE BENS	319
17.1. Liberdade de convenção e mudança de regime	319
17.2. Regime legal dispositivo	324
17.3. Regime legal obrigatório	325
17.4. Efeitos comuns entre os cônjuges, em qualquer regime de bens	328
17.5. Atos proibidos ao cônjuge sem autorização do outro	331
17.6. Pacto antenupcial	334
17.7. Regime de bens no casamento com estrangeiro	339
17.8. Direito intertemporal	339

Capítulo XVIII

REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL	341
18.1. Bens comuns e bens particulares	341
18.2. Bens que entram na comunhão	342
18.3. Bens, valores e obrigações excluídos da comunhão	343
18.4. Exclusão por causa de aquisição anterior ao casamento	346
18.5. Bens móveis	347
18.6. Administração dos bens comuns e responsabilidade pelas dívidas	348
18.7. Administração dos bens particulares e dívidas respectivas	349

Capítulo XIX

REGIMES MATRIMONIAIS DE BENS FACULTATIVOS	351
19.1. Regime de comunhão universal	351
19.2. Regime de separação de bens	355
19.3. Regime de participação final nos aquestos	358
19.3.1. Patrimônio próprio de cada cônjuge	360
19.3.2. Partilha dos aquestos e o modo de cálculo	361
19.3.3. Dívidas dos cônjuges	366
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos	367
19.3.5. Outros efeitos do regime	368

Capítulo XX

ALIMENTOS	371
20.1. Natureza, características e fundamentos	371
20.2. Requisitos de necessidade, possibilidade e razoabilidade	377

20.3.	Obrigação solidária ou subsidiária?	379
20.4.	Titulares dos alimentos ou alimentandos	381
20.5.	Devedores dos alimentos ou alimentantes	384
20.6.	O fator culpa na atribuição dos alimentos	386
20.7.	Fixação dos alimentos	387
20.8.	Atualização e revisão dos alimentos	390
20.9.	Extinção	391
20.10.	Prisão do devedor	394

Capítulo XXI

BEM DE FAMÍLIA	397
---------------------------------	------------

21.1.	Conceito, evolução e tipos	397
21.2.	Objeto do bem de família legal	399
21.3.	Bens e d�vidas excluídos do bem de família legal	402
21.4.	Beneficiários do bem de família legal	403
21.5.	M�-fé e exclusão do benefício	404
21.6.	Instituição de bem de família voluntário	405
21.7.	Objeto do bem de família voluntário	407
21.8.	Beneficiários do bem de família voluntário	409
21.9.	Exclusões da impenhorabilidade e proibições	410
21.10.	Extinção do bem de família voluntário	411

Capítulo XXII

TUTELA E CURATELA	412
------------------------------------	------------

22.1.	Finalidades e distinções	412
22.2.	Escolha e nomeação do tutor	413
22.3.	Incapacidade de exercício e escusa da tutela	415
22.4.	Exercício da tutela	417
22.5.	Prestação de contas pelo tutor	420
22.6.	Extinção da tutela	421
22.7.	Curatela	422

BIBLIOGRAFIA	427
-------------------------------	------------

STJ00105548 - v.6

Paulo Lôbo

Direito Civil

Sucessões

volume 6

4ª edição

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2272-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-8117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Lóbo, Paulo

Direito civil : volume 6 : sucessões / Paulo Lóbo. – 4. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil – Brasil 2. Direito das sucessões I. Título.

17-1235

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Presidente Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Munilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Daniel Pavani Naveira**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Mania (coord.)

Juliana Bojczuk Ferrmino

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Fernando Penteado

Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio**Diagramação e revisão** Markelangelo Design e Projetos Editoriais**Comunicação e MKT** Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo**Produção gráfica** Mari Rampim**Impressão e acabamento** Geográfica**Data de fechamento da edição: 5-10-2017**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604478 CAE 623578

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
CAPÍTULO I	
Concepção, Âmbito, Evolução e Constitucionalização do Direito das Sucessões	15
1.1. Concepção	15
1.2. Evolução do direito das sucessões no Brasil	19
1.3. Interações com outras áreas do direito	25
1.4. Abertura da sucessão: morte real e presumida da pessoa física	27
1.5. Herança como ente não personalizado	31
1.6. <i>De cujus</i> e os demais figurantes do direito das sucessões	32
1.7. O lugar no direito das sucessões: conflito de leis no espaço	35
1.8. O tempo no direito das sucessões: direito intertemporal	37
1.9. Constitucionalização do direito das sucessões. Direito à herança	40
1.10. Função social no direito das sucessões	44
CAPÍTULO II	
Sucessão Hereditária em Geral	47
2.1. Sucessão e herança	47
2.2. Aquisição da herança: <i>saisine</i>	49
2.3. Efeitos jurídicos da <i>saisine</i> plena	54
2.4. Aceitação da herança	55
2.5. Modalidades de aceitação da herança	58
2.6. Situações vedadas na aceitação da herança	61
2.7. Renúncia da herança ou do legado	63
2.8. Legitimação para suceder	66
2.9. Administração da herança	68
2.10. Cessão da herança	69
2.11. Responsabilidade da herança pelas dívidas e demais encargos	73

CAPÍTULO III

Sucessão Legítima	75
3.1. Conceção e primazia	75
3.2. Ordem da vocação hereditária	77
3.3. Herdeiros necessários	79
3.4. Legítima dos herdeiros necessários ou parte indisponível	80
3.5. Parte disponível	83
3.6. Dever de redução do excesso da parte disponível	84
3.7. Multiparentalidade e sucessão hereditária	91

CAPÍTULO IV

Dever de Colação na Sucessão Legítima Necessária	93
4.1. Dever de colação	93
4.2. Adiantamento da legítima dos herdeiros necessários	96
4.3. Doação entre cônjuges e entre companheiros	97
4.4. Doações excluídas da colação	98
4.5. Consideram-se os valores atribuídos nas doações	99
4.6. Hipóteses de devolução em espécie	102
4.7. Cálculo do valor do adiantamento da legítima	103
4.8. Legitimados ativos e passivos da colação	105
4.9. Colação voluntária	107
4.10. Dispensa da colação	107

CAPÍTULO V

Sucessão dos Descendentes e Ascendentes	110
5.1. Descendentes sucessíveis	110
5.2. Nascituros	114
5.3. Filhos não concebidos	117
5.4. Descendentes socioafetivos e a sucessão legítima	119
5.5. Cálculo da quota hereditária do descendente	122
5.6. Efeitos na herança do estado de filiação não reconhecido voluntariamente	123
5.7. Direito de representação	124
5.8. Sucessão dos ascendentes	129

CAPÍTULO VI

Direitos Sucessórios do Cônjuge	131
6.1. Cônjuge como herdeiro legítimo e necessário	131
6.2. Sucessão do cônjuge separado de fato	133
6.3. Direito real de habitação do cônjuge sobrevivente	137
6.4. Concorrência do cônjuge sobrevivente com os parentes sucessíveis	139

6.5.	Successão concorrente no regime de comunhão parcial	142
6.6.	Successão concorrente nos regimes de comunhão universal ou de participação final nos aquestos	146
6.7.	Successão do cônjuge sobrevivente no regime de separação total	148
6.8.	Quota sucessória do cônjuge em concorrência com descendente	151
6.9.	Direito sucessório do cônjuge no casamento putativo	153

CAPÍTULO VII

Direitos Sucessórios do Companheiro na União Estável		156
7.1.	Configuração da união estável	156
7.2.	Evolução do direito sucessório do companheiro	157
7.3.	Direito real de habitação para o companheiro sobrevivente	159
7.4.	Direito sucessório do companheiro no Código Civil	160
7.5.	Igualdade de direitos sucessórios entre cônjuges e companheiros. Inconstitucionalidade do art. 1.790 do CC/2002	164
7.6.	Direito sucessório na união homoafetiva	168
7.7.	Direitos sucessórios dos companheiros de uniões simultâneas	169
7.8.	Direitos sucessórios nas uniões estáveis putativas	171

CAPÍTULO VIII

Successão dos Parentes Colaterais e da Fazenda Pública. Heranças Jacente e Vacante		173
8.1.	Parentes colaterais sucessíveis	173
8.2.	Contagem dos graus e espécies de parentes colaterais	175
8.3.	Irmãos unilaterais e bilaterais	176
8.4.	Direito de representação na sucessão colateral	177
8.5.	Concorrência entre tio e sobrinho	179
8.6.	A Fazenda Pública como herdeira legítima	180
8.7.	Herança jacente	182
8.8.	Herança vacante	184

CAPÍTULO IX

Os Que Não Podem Suceder		186
9.1.	Herdeiros que não podem participar da herança	186
9.2.	Pessoas não legitimadas a suceder <i>o de cujus</i>	187
9.3.	Herdeiros excluídos da sucessão por indignidade	190
9.4.	Natureza judicial da exclusão	194
9.5.	Efeitos da exclusão por indignidade	196
9.6.	Reabilitação do excluído da herança	198

9.7. Deserdação	199
9.8. Causas e provas da deserdação	201
9.10. Inconstitucionalidade da deserdação	204

CAPÍTULO X

Successão Testamentária em Geral	206
10.1. Sucessão testamentária	206
10.2. Testamento	207
10.3. Outras finalidades do testamento	210
10.4. Capacidade e legitimidade para testar	211
10.5. Legitimidade para suceder por testamento	213
10.6. Testamenteiro	214
10.7. Invalidade do testamento	216
10.8. Mudança das circunstâncias do testamento	220
10.9. Interpretação do testamento	221
10.10. Testemunhas testamentárias	222
10.11. Substituição do herdeiro ou legatário	224
10.12. Fideicomisso	225
10.13. Hipóteses de caducidade do fideicomisso	231
10.14. Revogação do testamento	232
10.15. Rompimento ou ruptura do testamento	234

CAPÍTULO XI

Espécies de Testamento	237
11.1. Testamentos ordinários e especiais	237
11.2. Testamento público	238
11.3. Testamento cerrado	242
11.4. Testamento particular	247
11.5. Testamento simplificado	251
11.6. Testamento marítimo	253
11.7. Testamento aeronáutico	254
11.8. Testamento militar	255
11.9. Codicilo	256
11.10. Testamento vital	258

CAPÍTULO XII

Disposições Testamentárias, Legados e Direito de Acrescer	263
12.1. Disposições testamentárias	263
12.2. Sujeitos e objetos das disposições testamentárias	264

12.3. Pluralidade de herdeiros designados	266
12.4. Validade, eficácia e conservação das disposições testamentárias.	267
12.5. Disposições testamentárias sujeitas a condição e a motivo	269
12.6. Disposições testamentárias sujeitas a encargo e a termo	271
12.7. Cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade	273
12.8. Interpretação das disposições testamentárias	276
12.9. Legados e seus variados modos	278
12.10. Eficácia e ineficácia do legado	283
12.11. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários	289

CAPÍTULO XIII

Inventário, Petição de Herança e Partilha	292
13.1. Inventário e suas modalidades	292
13.2. Inventariante	295
13.3. Inventário extrajudicial	296
13.4. Petição de herança	299
13.5. Herdeiro aparente e adquirente de boa-fé	303
13.6. Sonogados	304
13.7. Pagamento das dívidas	306
13.8. Partilha	310
13.9. Partilha em vida e planejamento sucessório	313
13.10. Transmissão de valores com dispensa de inventário	317
<i>Bibliografia</i>	319